CRISTIANISMO NASCENTE E A CRÍTICA AO PODER POLÍTICO

Álvaro César Pestana[1]

Resumo

Este estudo, baseado em pesquisa bibliográfica e exegese de textos neotestamentários, tem por objetivo mostrar as críticas do cristianismo primitivo contra o poder político greco-romano, e justifica-se pela necessidade de contestar as leituras bíblicas que promovem o quietismo político atual. Tomando como ponto de partida breves *insights* da Tanakh, analisaremos a critica política de Jesus, Pedro, Paulo e João, conforme registradas em alguns textos do Novo Testamento.

Palavras-Chave: Cristianismo Nascente. Crítica Política. Império Romano.

Introdução

As raízes da crítica e da restrição ao poder político têm suas origens na Torá. A concessão da possibilidade de haver um rei em Israel ressalta importantes princípios de ética em Israel (Dt 17.14-20). Craigie (1976, p. 253-257) afirma que a possibilidade de um rei em Israel não era uma determinação, mas uma permissão divina com quatro requisitos restritivos e orientadores para que o rei tivesse seu poder submisso a Deus e à Lei: seria um homem entre seus irmãos e não acima deles; seria apontado por Deus; não acumularia cavalos, mulheres e riquezas; teria uma cópia da lei para sua orientação.

A primeira tentativa malsucedida de monarquia em Israel, foi criticada com a alegoria das árvores na floresta (Jz 9.7-21) proferida por Jotão, que sobreviveu ao massacre contra os filhos de Gideão. A tese dessa fábula era que o poder régio atraía imprestáveis e ineptos, enquanto os que tinham valor e serviço não almejavam o poder político (MOORE, 1958, p. 244). O profeta Samuel "desaprovou de todo" (BALDWIN, 1996, p. 94) o pedido da unção de um rei (1Sm 8.1-22; 10.17-25). Mesmo previsto no Deuteronômio, a escolha de um rei representava a rejeição ao rei *Yahweh*, e a instalação de um sistema opressivo (BALDWIN, 1996, p. 95-97).

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Mestre em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo – USP, Especialista em Docência Superior de Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná – FABAPAR, Especialista em Educação a Distância pela Universidade da Grande Dourados – UNIGRAN, Bacharel em Teologia pelo Seminário Bíblico Nacional – SBN (Convalidado pela FACETEN) e Bacharel em Química pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor de teologia e estudos bíblicos no Seminário Teológico EBNESR e na Escola de Teologia em Casa – ETC. alvarocpestana@gmail.com

Desde Davi, a monarquia israelita transgrediu todas as leis de Deuteronômio (Dt 17) e oprimiu a nação, a ponto de muitos profetas criticarem os reis e a monarquia injusta e infiel a *Yahweh*. A literatura sapiencial, mesmo conservadora, apontou o poder dos monarcas como fonte de injustiças, opressão e desvio da fé em Israel (Ec 3.13; 8.1-4; 10.16). No início do Novo Testamento, a crítica persistiu: o primeiro profeta do período, João Batista, entrou em conflito com os poderosos e foi assassinado por isso (Mc 6.14-29). Segue a discussão cuja tese é que o Novo Testamento critica e desconfia do exercício do poder político de sua época.

Jesus e a dominação romana

A oposição de Jesus às estruturas de poder romano segue três categorias:

Crítica aberta: Jesus chamou Herodes de "raposa" (Lc 13.32). Ele não reconheceu a autoridade desse fantoche de Roma na Galileia e na Pereia, e permaneceu em silêncio diante dele (Lc 23.8-12). Chamar um governante de "raposa" na cultura judaica implicava duas críticas: a primeira refere-se à astúcia vulgar daquele pequeno animal ladrão, equivalente a um rato nos dias atuais (EVANS, 1996, p. 245), ou a alguém dado a "truques" para conquistar algo (GODET, 1875, p. 127). A segunda crítica aponta a insignificância da raposa diante de um leão (MARSHALL, 1978, p. 571): as aproximações linguísticas hebraicas do nome de Saul (*sha'ul*) à raposa (*shu'al*) contrastam com a figura do leão, associado a Davi (Gn 49.9; Ap 5.5). Isso reforça a insignificância de Herodes (FITZMYER, 2010, p. 1031), e alude ao messianado de Jesus (MARSHALL, 1978, p. 571). Jesus se pronunciou perante o Sumo-Sacerdote (Lc 22.67, 70) e Pilatos (Lc 23.3), mas nada falou a Herodes (FITZMYER, 2010, p. 1481). De acordo com Marshall (1978, p. 856), esse silêncio fez parte do cumprimento de profecias (Is 53.7) e do comportamento de Jesus diante dos seus inimigos (Mc 14.61; 14.4-5; Jo 19.9). Para Crouch (1991, p. 380), essa postura demonstrava seu completo controle da situação e a inutilidade de dialogar com tais sujeitos (GELDENHUYS, 1977, p. 594).

Crítica ao sistema de poder romano: Jesus enfatiza o serviço e rejeita as disputas de poder entre os discípulos (SAOÛT, 1991, p. 155), junto com o sistema de patronato-clientelismo (DRI, 1996, p. 62-63), o qual ele critica e ironiza (Mt 20.20-28; Mc 10.41-45; Lc 22.24-30), mencionando os "chamados" benfeitores (Lc 22.25) e

"considerados" governadores (Mc 10.42). Os verbos envolvidos nesta ironia (Mt 20.25; Mc 10.42; Lc 22.24) denotam opressão, domínio autoritário e violento (*katakyrieo*; *katexousiazo*[2]; *kyrieo; exousiazo*[3]). Jesus ensinou serviço, doação de si e humildade, em oposição ao sistema de governo romano (KRAYBILL, 2004, p.110).

Crítica velada: na frase "dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mt 22.21; Mc 12.17; Lc 20.25), Horsley (2004a, p. 105) aponta que Jesus recusou atribuir a César o que não era dele. Já que a posse da moeda romana era prova de subserviência (MYERS, 1992, 372-374), Jesus mandou devolvê-la ao governo. Quando Jesus anunciou um Reino de Deus e sua identificação com o Messias/Cristo, ele proclamou uma inversão dos valores que mantinham o sistema romano no poder, recusando-se a ficar sob domínio e interferência desse. Também, a purificação do templo (Mc 12.15-19) representava um ato de desafio das autoridades governantes constituídas (MYERS, 1992, p. 367). Para Wright (2011), os termos Cristo e Messias poderiam ser melhor traduzidos como "Rei Escolhido".

Pedro e as autoridades judaicas

Conforme a narrativa de Lucas, o conflito de Pedro com as autoridades judaicas se iniciou nas acusações quanto à ignorância e injustiça no processo contra Jesus (At 3.17; 4.8-12). A importância deste conflito entre os apóstolos e as autoridades judaicas é percebido pela repetição da prisão, do discurso de defesa e da má disposição das autoridades para com os pregadores cristãos:

Atos 4.1-2, 7 = presos ao pregar a ressurreição sem autorização	Atos 5.17, 28 = presos ao pregar doutrinas desobedecendo às autoridades
Atos 4.8-12 = Sermão cristão (*kerygma*) com acusação das autoridades	Atos 5.29-32 = Sermão cristão (*kerygma*) com acusação das autoridades
Atos 4.13-22 = Tentativa de silenciar os pregadores com ameaças	Atos 5.33-42 = Intenção de matar os pregadores. Açoitamento e novas ameaças.

[2] κατακυριέω; κατεξουσιάζω
[3] κυριέω; ἐξουσιάζω

Atos 4.19 = desobediência civil: "Julgai se é justo perante Deus ouvir mais a vós que a Deus"[4]	Atos 5.29 = desobediência civil: "Deve-se obedecer mais a Deus do que aos homens"[5]

De acordo com González (2011, p. 86), a crítica apostólica denunciava que as autoridades como construtores e juízes não construíam, nem julgavam bem. Pedro e os demais apóstolos de Jerusalém manifestavam a desobediência civil (At 4.19; 5.29), presente na fé dos mártires judeus (2Mac 7.2), e já defendida por Sócrates: "obedecer mais a Deus do que a vós"[6] (Platão, Apologia, 29d).

Pedro usa linguagem colaborativa, mas crítica ao recomendar as relações dos cristãos com o governo (1Pe 2.13-17). O texto apresenta "uma postura neutra, ainda que não favorável ao governo civil" (ELLIOTT, 1985, p. 98). O texto afirma que há senhores maus (*tois despotais tois skoliois*[7]), onde "mau" (*skolios*[8]) designa o "torto, perverso, malvado, desonesto e inescrupuloso" (GINGRICH; DANKER, 1984, p. 190). Assim, o texto facilitava a "crítica às condições sociais imperantes" (ELLIOTT, 1985, p. 204), pois acentuava a clara distinção entre o tributo devido ao Império e a adoração devida somente a Deus. (ELLIOTT, 1985, p. 197, nota 210).

Paulo e a aristocracia greco-romana

Paulo foi acusado por palavras de conotação política (At. 24.5): "peste" (*loimos,*[9]) e "principal líder da seita dos Nazarenos"[10], pois era alguém que ensinava contra César e afirmava Jesus como Rei (At 17.6-7). O termo Cristo (*Christos*[11]) tem esta conotação na teologia paulina e no pano de fundo cultural do judaísmo do mundo greco-romano (WRIGHT, 2005, p. 69, 70; ELLIOTT, 2010, p. 138-142).

De fato, Paulo desafiou o poder cívico-político da época ao chamar de igrejas (*ekklesiai*[12]) os pequenos grupos de cristãos (Rm 16.4, 5, 16; 1Co 1.2; 2Co 1.1; Gl 1.2; 1Ts 1.1; 2Ts 1.1). Naquele contexto, *ekklesia*[13] designava a assembleia de homens ricos que controlava a cidade, e nunca uma minúscula reunião de

[4] εἰ δίκαιόν ἐστιν ἐνώπιον τοῦ θεοῦ ὑμῶν ἀκούειν μᾶλλον ἢ τοῦ θεοῦ, κρίνατε·
[5] πειθαρχεῖν δεῖ θεῷ μᾶλλον ἢ ἀνθρώποις.
[6] πείσομαι δὲ μᾶλλον τῷ θεῷ ἢ ὑμῖν
[7] τοῖς δεσπόταις... τοῖς σκολιοῖς
[8] σκολιός
[9] λοιμός
[10] πρωτοστάτην τῆς τῶν Ναζωραίων αἱρέσεως
[11] Χριστός
[12] ἐκκλησίαι
[13] ἐκκλησία

homens, mulheres, crianças, desprovidos de bens e importância cívico-política (HORSLEY, 2014b, p. 9, 16). Essa apropriação seria ofensiva aos senhores da cidade (HORSLEY, 2004a, p. 137), cuja "sabedoria" se reduziria a nada" (1Co 2.6).

Como muitos autores contemporâneos apresentam, há uma gama de termos do discurso ideológico imperial usados pelo movimento cristão em clara crítica e desafio aos poderes instituídos: "Rei", "Salvador", "Senhor" e "Deus" atribuídos ao Messias e não ao imperador. Também, termos-chave da teologia cristã são usados em concorrência com o sentido dos mesmos na ideologia imperial: "evangelho", "*parousia*", "fé/fidelidade", "justiça", "poder" e "paz"[14] (HORSLEY, 2004a, p. 137; HORSLEY, 2004b, p. 151-155, 161-168; WRIGHT, 2005, p. 70, 77; ELLIOTT, 2010, p. 43, 101-109; HOWARD-BROOK; GWYTHER, 2003, p. 151-152). Alguns autores chegam a dizer que tal apropriação de vocabulário foi "uma encampação hostil. Não dá para deixar de notar a intenção polêmica do paralelismo" (HOWARD-BROOK; GWYTHER, 2003, p. 268).

Para autores modernos, a descrição de degradação da humanidade descrita por Paulo na carta aos romanos (Rm 1) era facilmente identificada pelos leitores originais como "estilo de vida" dos imperadores (ELLIOTT, 2010, p. 155-176). Ainda, na carta aos coríntios (1Co 6.1-11), Paulo denunciou o sistema legal romano como injusto e perpetrador de mais injustiça e recomendou que os cristãos não se utilizassem dele (WINTER, 1994, 106-121). Também os conselhos de celibato às virgens (1Co 7.25-40) se opunham às leis romanas que visavam ao aumento da população do Império (BROWN, 1990, p. 16-17).

No Século I, o sistema de patronato-clientelismo era a espinha dorsal de sustentação do Império (HORSLEY, 2004b, 95-102; KRAYBILL, 2004, p. 98-110). Contudo, a exortação paulina para que os cristãos se afastassem dessa relação discutida demoradamente nas cartas aos Tessalonicenses (WINTER, 1994, p. 51-60; CLARKE, 2000, p. 197-201), armou uma "bomba-relógio" que iria abalar e destruir os fundamentos do mecanismo de opressão e controle do Império.

Alguns cristãos atuais justificam o quietismo político e o conformismo mudo diante de quaisquer ações dos governantes baseados nas recomendações paulinas (Rm 13.1-7). Porém, recentes leituras oblíquas desses textos mostram sua ambivalência (ELLIOTT, 2010, p. 283-289). Devido às crises circunstanciais que

[14] εὐαγγέλίον, παρουσία, *fides*/πίστις, *iustitia*/δικαιοσύνη, *potestas*/δύναμις, *pax*/εἰρήνη

envolviam judeus no Império (HORSLEY, 2004b, p. 149), o texto apresenta uma crítica sutil, irônica e perfeitamente reconhecível contra os poderosos (HORSLEY, 2004b, p. 184-202): a ação do governo é limitada, uma vez que é "ministro de Deus"[15] (Rm 13.4), logo, sujeito ao juízo divino. Finalmente, o fato de a adoração e a fidelidade não serem incluídas na lista do que se oferece ao governo, evidencia-se com silêncio eloquente o que não se faz perante autoridades humanas (Rm 13.7).

Outro texto paulino (1Tim 2.1-7) que, aparentemente, apresenta um apoio incondicional ao governo, carrega afirmações teológicas da unidade de Deus[16], de seu título de Salvador[17] e da mediação única do Cristo[18], que são uma evidente contraposição à ideologia de divinização dos imperadores.

João e a crítica ao Império Romano

Segundo Caird (1966, p. 162, 216-219), o Apocalipse, apresenta a crítica mais feroz e violenta contra o poder político romano (HÖRSTER, 1993, p. 183), associando-o com o Diabo (Ap 12), descrevendo-o como um animal selvagem (Ap 13) e comparando a cidade de Roma com uma prostituta assassina (Ap 17). Para alguns autores, o "antagonismo de comunidade cristã e o império pagão é o plano superficial do verdadeiro antagonismo de Cristo e Satanás" (VIELHAUER, 2005, p. 533). Por outro lado, Ellul (1977, p. 92-95) considera a encarnação do Império Romano numa besta como um exemplo do processo de exercício de poder e autoridade imperial que se repete em muitas outras situações.

Considerações finais

Todo o Novo Testamento, de modo explícito, participa de uma fidelidade a Deus que recomenda a desconfiança do poder e da sabedoria das autoridades políticas. As leituras bíblicas ideologicamente domesticadas retiram do movimento cristão o vigor da crítica profética aos governos e desfiguram o poder do evangelho que proclama o Reino de Deus. A crítica ao opressor e à injustiça é inerente ao espírito cristão expresso no Novo Testamento.

Referências

[15] θεοῦ διάκονος
[16] εἷς θεός
[17] τοῦ σωτῆρος ἡμῶν θεοῦ
[18] εἷς καὶ μεσίτης θεοῦ καὶ ἀνθρώπων

BALDWIN, Joyce. **1 e 2 Samuel**: Introdução e Comentário. São Paulo: Vida Nova,1996.

BROWN, Peter. **Corpo e Sociedade**: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CAIRD, G. B. **The Revelation of Saint John**. Peabody: Hendrickson, 1966.

CLARKE, Andrew D. **Serve the Community of the Church**: Christians as Leaders and Ministers. Grand Rapids: Eerdmans, 2000.

CRAIGIE, Peter C. **The Book of Deuteronomy**. Grand Rapids: Eerdmans, 1976.

CROUCH, Owen. **When God Became Human**. Joplin: College Press, 1991.

DRI, Rúben. **Autoritarismo y democracia en la Biblia y en la Iglesia**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1996.

ELLIOTT, John H. **Um lar para quem não tem casa**: Interpretação sociológica da primeira carta de Pedro. São Paulo: Paulinas [Paulus], 1985.

ELLIOTT, Neil. **A arrogância das nações**: A Carta aos Romanos à sombra do Império. São Paulo: Paulus, 2010.

ELLUL, Jacques. **Apocalypse**: The Book of Revelation. New York: The Seabury Press, 1977.

EVANS, Craig A. **Novo Comentário Bíblico Contemporâneo: Lucas**. São Paulo: Vida, 1996**.**

FITZMYER, Joseph A. **The Gospel According To Luke X—XXIV**. New Haven: Anchor, 2010.

GELDENHUYS, Norval. **Commentary on The Gospel of Luke**. Grand Rapids: Eerdmans, 1977.

GINGRICH, F. W.; DANKER, F. W. **Léxico do Novo Testamento Grego/Português**. São Paulo: Vida Nova, 1984.

GODET, F. **A Commentary on The Gospel of St. Luke**. Edinburgh: T. & T. Clark, 1875.

GONZÁLEZ, Justo L. **Atos**: O Evangelho do Espírito Santo. São Paulo: Hagnos, 2011.

HORSLEY, Richard A. **Jesus e o império**: o reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo: Paulus, 2004a.

HORSLEY, Richard A. **Paulo e o império**: religião e poder na sociedade imperial romana. São Paulo: Paulus, 2004b.

HÖRSTER, Gerhard. **Introdução e Síntese do Novo Testamento**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 1993.

HOWARD-BROOK, Wes; GWYTHER, Anthony. **Desmascarando o Imperialismo**: Interpretação do Apocalipse ontem e hoje. São Paulo: Paulus; Loyola, 2003.

KRAYBILL, J. Nelson. **Culto e Comércio Imperiais no Apocalipse de João**. São Paulo: Paulinas, 2014.

MARSHALL, I. Howard. **The Gospel of Luke**. Grand Rapids: Eerdmans, 1978.

MOORE, George F. **A Critical and Exegetical Commentary on Judges**. Edinburgh: T. & T. Clark, 1958.

MYERS, Ched. **O Evangelho Segundo Marcos**. São Paulo: Paulinas, 1992.

SAOÛT, Yves. **Atos dos Apóstolos**: ação libertadora. São Paulo: Paulus, 1991.

VIELHAUER, Philipp. **História da Literatura Cristã Primitiva**: introdução ao Novo Testamento, aos Apócrifos e aos Pais Apostólicos. Santo André: Editora Academia Cristã, 2005.

WINTER, Bruce W. **Seek the Welfare of the City**: Christians as Benefactors and Citizens. Grand Rapids: Eerdmans, 1994.

WRIGHT, N. T. **Paul**: Fresh Perspectives. London: SPCK, 2005.

WRIGHT, N. T. **The Kingdom New Testament**: a contemporary translation. New York: Harper Collins, 2011.